



Mídia e Educação: Um Diálogo Necessário¹

Maíra Mendonça CABRAL²

Esther Ramos RADAELLI³

Edgard REBOUÇAS⁴

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES

RESUMO

Dizer que a mídia possui um papel central na formação das representações sociais da sociedade não é nenhum exagero. As experiências coletivas se dão essencialmente no espaço midiático. Além disso, o lugar em que os assuntos da agenda pública se tornam visíveis está nos veículos de comunicação e não mais nas praças e bairros. Dentro desse cenário em que a experiência midiática permeia toda vida social é central que os assuntos pertinentes a ela sejam amplamente discutidos. E mais, que faça parte da formação de cada indivíduo. Por isso esse trabalho visa levantar as questões relativas ao poder da mídia e a essencialidade de a escola participar desse processo de entendimento, de forma a colaborar na formação de uma sociedade mais crítica e questionadora.

PALAVRAS-CHAVE: Educomunicação, mídia e escola, sociedade midiaticizada, leitura crítica.

1. INTRODUÇÃO

Muito se questiona se a programação dos veículos de comunicação no Brasil atende aos deveres que lhes são atribuídos enquanto concessões públicas, tais como a preferência por conteúdos com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; a promoção da cultura nacional e regional; o estímulo à produção independente; a regionalização da produção cultural artística e jornalística conforme previsto na Constituição Federal, e o respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família (incisos I, II, III e IV, artigo 221).

Como lembra Heloísa Penteadó (1991), em *Televisão e Escola*, a extensão da influência dos meios de comunicação não se dá somente pelo que é dito, mas fundamentalmente pelo que não é dito. Como forma de manutenção de seu próprio poder, esses meios

¹ Trabalho apresentado no IJ – Interfaces Comunicacionais do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de julho de 2013.

² Estudante de Graduação 7º. Semestre do curso de Comunicação Social – Jornalismo da Ufes, email: mairacabrall@hotmail.com.

³ Estudante de Graduação 7º. Semestre do curso de Comunicação Social – Jornalismo da Ufes, email: esther.radaelli@gmail.com.

⁴ Orientador do trabalho. Professor do Depto. de Comunicação Social da UFES, email: edreboucas.br@gmail.com.



deixam de levantar questões essenciais, reforçando estereótipos e mantendo o *status quo*.

E é justamente a partir da influência que os veículos de comunicação exercem sobre a construção das referências e representações do real da sociedade, que se observa a necessidade de uma discussão sobre o modo como o processo comunicacional é construído. Sendo assim, compreendendo a escola como um ambiente central na formação do indivíduo enquanto cidadão e ser social, vê-se nela um lugar propício para efetivação dessa proposta.

Acredita-se que uma das formas de se romper com essa relação fundamentalmente assimétrica, ainda que não monológica entre a mídia e a sociedade (THOMPSON, 1998) está nos projetos de comunicação popular e alternativa, que, tendo ganhado visibilidade ao longo dos anos 1970 através da ação solidária dos centros de comunicação e documentação popular, ganharam força durante as décadas de 1980 e 1990, quando a luta por uma comunicação democrática e participativa passou a sustentar a ação de grupos inseridos na prática social, em especial as Organizações Não Governamentais (ONGs) (SOARES, 2005). Segundo Peruzzo (2006), a comunicação popular caracteriza-se como uma expressão política de movimentos populares em busca de maior participação democrática e garantia de seus direitos em que o povo ocupa o papel de protagonista.

Um dos desdobramentos da comunicação popular está em levar a discussão da comunicação para dentro das escolas, implementando-a aos currículos pedagógicos e promovendo assim uma integração entre práticas de ensino formal e não formal, que vão desde o conhecimento técnico dos recursos midiáticos até a reflexão sobre os conteúdos transmitidos cotidianamente pelos veículos de comunicação de massa. Com isso, pretende-se não só auxiliar na formação crítica de cidadãos, mas também fornecer aos alunos os instrumentos necessários para a própria produção de conteúdos, ampliando seus direitos de liberdade de expressão, além de contribuir para que eles atuem socialmente como agentes multiplicadores dessas ideias.

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. (FREIRE, 1987, p. 79)



No entanto, apesar dos fluxos positivos recebidos pela escola em função das mudanças de paradigmas havidas nos últimos anos, em que se constata a existência de um grupo significativo de agentes culturais no Brasil e na América Latina que pauta suas ações e projetos sob a ótica da comunicação como um bem comum (SOARES, 2005) observa-se que as ações relativas à integração entre educação e comunicação ainda se dão de maneira isolada. Por isso, vê-se a necessidade de desenvolver mais discussões sobre o tema, responsáveis tanto por esclarecer e delinear os sentidos por trás dos conceitos que giram em torno do tema - tais como o de Educomunicação e o de Educação para a Mídia-, quanto por pensar em diferentes possibilidades e estratégias de inter-relação entre essas duas áreas do saber.

2. OBJETIVO

Este artigo tem o objetivo de discutir sobre uma aliança que é essencial na formação crítica e questionadora de qualquer sociedade: o diálogo entre a mídia e escola. Essa pesquisa acerca das bibliografias que tratam sobre o assunto e sobre as discussões centrais da mídia também serve como base para um trabalho posterior. Dentro do Grupo de Pesquisa, *Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas e sistemas*, da Universidade Federal do Espírito Santo, tem-se elaborado um projeto para a realização de oficinas de Leitura Crítica da Mídia em escolas. Logo, a realização dessa pesquisa é fundamental para embasar o que se pretende fazer na prática. Enquanto não existem políticas públicas efetivas que prevejam uma disciplina de Mídia dentro das escolas, iniciativas mais informais tentam suprir essa falta. E, claro, é uma maneira de que a Universidade ocupe a Comunidade e retribua todo o investimento que a população fornece a instituição.

3. METODOLOGIA

O processo utilizado na realização deste estudo consistiu, principalmente, na pesquisa de bibliografias que discutiam o tema escolhido. Em uma primeira etapa, foi estudado os autores que oferecem um entendimento da importância da mídia como fonte de poder simbólico. E também em referências que embasassem a reflexão sobre a centralidade dos veículos de comunicação no mundo contemporâneo e sua relação dentro da democracia. Só a partir daí, de um entendimento claro do contexto em que cada indivíduo está inserido e o motivo de ser imprescindível entender claramente onde a mídia está colocada no mundo, com seus interesses e dilemas, que se passou para a



segunda etapa. Essa fase se baseou no estudo dos autores que tratam especificamente de Educomunicação e de como esse conceito já é trabalhado e estudado. Sentiu-se necessidade de estudar também um pouco do ser humano e de sua relação com o mundo e com o papel da educação e instituições de ensino. A passagem por todas essas etapas se viu necessária como forma de compreender de maneira mais global possível o tema aqui trabalhado.

4. MÍDIA E PODER SIMBÓLICO

A relação entre mídia - compreendida como o conjunto de instituições dotadas de tecnologias específicas para a realização do processo de comunicação entre os seres humanos (LIMA, 2006) - e poder, aqui entendido como a capacidade de ação e de intervenção nos acontecimentos para o alcance de determinados objetivos e interesses (THOMPSON, 1998) - torna-se mais evidente à medida que os meios de comunicação de massa (assim definidos por estarem disponíveis a uma grande quantidade de destinatários) se consolidam como espaços legítimos de obtenção de informação na sociedade moderna, tornando públicos fatos antes pertencentes à esfera individual ou serial e, desse modo, constituindo-se como elementos fundamentais para a formação do senso comum (BOURDIEU, 2000).

(...) não deveriam, porém, obscurecer o fato de que o desenvolvimento dos meios de comunicação é, em sentido fundamental uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si. Se o homem é um animal suspenso em teias de significado que ele mesmo teceu, como Gertz uma vez observou, então os meios de comunicação são rodas de fiar no mundo moderno e, ao usar estes meios, os seres humanos fabricam teias de significação para si mesmos. (THOMPSON, 1998, p. 20)

Falar nos meios de comunicação tem como pressuposto a circulação pública de formas simbólicas, isto é, a capacidade da mídia de construir fatos a partir da enunciação, de fazer com que os interlocutores enxerguem, acreditem, transformem ou confirmem suas visões de mundo e, com isso, suas formas de agir sobre o próprio mundo (BOURDIEU, 2000). Para além, o desenvolvimento de tecnologias de comunicação propõe aos indivíduos novas formas de percepção e organização do tempo e do espaço justamente por romper com as barreiras impostas por ambos. Isso aumenta ainda mais o poder de influência da mídia que, conforme já mencionado, reside em afirmar-se como um espaço legítimo e legitimador de ideias e de representações da vida social. Não é atoa, por exemplo, a crítica do "pensamento pronto" de Mafessoli à atual confusão feita entre



os conceitos de opinião pública, ciente de sua fragilidade, versatilidade e humanidade, e a opinião publicada, que embora não deixe de ser uma opinião (privada), pretende se impôr como um saber absoluto, uma ciência, um dogma (MAFFESOLI, 2010).

A atividade simbólica é característica fundamental da vida social, em igualdade de condições com a atividade produtiva, a coordenação dos indivíduos e a atividade coerciva. Os indivíduos se ocupam constantemente com as atividades de expressão de si mesmos em formas simbólicas ou de interpretação das expressões usadas pelos outros; eles são continuamente envolvidos na comunicação uns com os outros e na troca de informações de conteúdo simbólico. Assim fazendo, se servem de toda sorte de recursos que descreverei como 'meios de informação e comunicação'. [...] Na produção de formas simbólicas, os indivíduos se servem destas e de outras fontes para realizar ações que possam intervir no curso dos acontecimentos com consequências as mais diversas. As ações simbólicas podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e descrever, apoiar os negócios do estado ou sublevar as massas em revolta coletiva. (THOMPSON, 1998, p.24)

Embora vinculada ao campo cultural, isto é, de produção e circulação de ideologias, a mídia não deixa de ser uma empresa, dotada de regras e participante ativa no meio social, interpenetrando-se, portanto, nos campos político e econômico. É justamente o fato de apresentar-se como um lugar de interesses (sejam eles econômicos ou políticos) que a mídia, consciente de seu poder simbólico, contribui em grande parte para a difusão de discursos das classes dominantes. Conforme afirma Bourdieu (2000), a mesma cultura que une, enquanto intermediária de comunicação, é a cultura que exclui, enquanto instrumento de distinção.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados. (BOURDIEU, 2000, p. 11)

5. PANORAMA DA MÍDIA

É difícil imaginar uma cena em que várias pessoas se encontram fisicamente em um mesmo ambiente e discutem sobre assuntos pertinentes ao bem estar coletivo. Este tipo de discussão - não necessariamente relativa ao bem estar coletivo, mas relativa a assuntos públicos - estão fundamentalmente na mídia. Logo uma velha máxima é sempre muito recente, “se não deu na TV, não aconteceu”. E hoje quem decide o que deve ser discutido é um grupo bastante restrito de profissionais que estão dentro dessa



fábrica de agendas públicas que são os veículos de comunicação.

Como citado anteriormente, ‘de alguma maneira o cenário midiático substituiu o espaço público’, pontua Blanca Eekhout. ‘Um grupo muito reduzido por jornalistas, políticos, intelectuais e artistas, que são os especialistas convocados pelos donos dos meios, se dão o direito de dizer o que expressam como se fosse uma opinião pública. (...) E o povo que não tem espaço porque não é o especialista nem é ator político reconhecido (...)’. (MORAES, 2009, p. 184)

Mais enfaticamente, Lima (2006, p. 55) afirma que “[...] é a mídia – e somente ela – que tem o poder de definir o que é público no mundo contemporâneo”. Ele reforça ainda que a própria ideia do que seria um “evento público” adquire outra significação a partir da existência da mídia. Não é mais preciso o compartilhamento de um lugar e de uma série de experiências em decorrência desse contato. Ideia que se reflete na maneira como a população passa a se relacionar com as causas políticas e sociais. Thompson, citado por Guareschi e Biz (2005, p. 61), discorre sobre a mudança que ocorreu nos últimos anos, em que a política perdeu seu lugar histórico, o espaço público das ruas e praças, e afirma que “hoje, a política se dá quase integralmente através da mídia, o que confere aos órgãos de comunicação um considerável poder de convencimento”.

Quando essa nova forma de espaço público se configura dentro de um ambiente que, em sua maioria, possui lógica privada/empresarial a essência do que deveria ser uma “praça pública” fica prejudicada. Existe um conflito referente à possibilidade de os temas discutidos na mídia possuírem a mesma diversidade de vozes e perspectivas de que é constituída uma população e uma sociedade. E quando se aumenta o campo de análise e se percebe que há aumento de informação e de diversão, mas há um processo perverso de centralização das fontes emissoras (MORAES, 2009) esse quadro se configura de maneira ainda mais complexa.

O controle ideológico dificulta a interferência de outras vozes no debate de soluções para os problemas coletivos, já que se procura neutralizar visões alternativas e questionadoras, principalmente as que se opõe a supremacia do mercado como âmbito de regulação de demandas sociais. (MORAES, 2009, p. 184)

A dinâmica da comunicação em todo o mundo aponta para uma centralização de quem detém o poder de disseminar informação. Dessa maneira, o contraditório, a manifestação da pluralidade de vozes e temas, fica abafada em detrimento de interesses comerciais.

Diversidade pressupõe revitalizar manifestações do contraditório, confrontar



pontos de vista e estimular trocar horizontais entre as culturas de povos, cidades e países. Diversidade se assegura, principalmente, com políticas públicas que valorizem os direitos da cidadania e mecanismos democráticos de regulação, de universalização de acessos, de proteção do patrimônio cultural intangível e de apoio a usos comunitários e educativos das tecnologias. (MORAES, 2009, p. 89)

O modo como se configura o panorama da comunicação brasileira é o exemplo contrário do que Moraes (2009) diz sobre as maneiras de se permitir a manifestação da diversidade. Com uma regulação frágil no que se refere a políticas públicas sobre comunicação, as condições para se garantir uma mídia plural e democrática são bastante escassas. Como lembra Lima (2006), historicamente o setor da mídia tem uma regulação que incentiva o desenvolvimento da radiodifusão privada e comercial. E, mesmo com as mudanças tecnológicas das últimas décadas, as normas legais não foram atualizadas. Lima (2006, p. 60) lembra ainda que “o setor permanece regido por um código do início da década de 1960 (Lei nº 4.117 de 27/08/1962), totalmente desatualizado”.

Assim, o cenário nacional é de uma mídia centralizada no poder de poucas famílias e poucas empresas e, ainda, com uma formação essencialmente a base de monopólios e oligopólios. Guareschi e Biz (2005) fazem um paralelo entre a colonização no Brasil e a implantação da mídia eletrônica. Para eles, assim como o território brasileiro foi loteado em capitâncias hereditárias e doadas a determinadas famílias, também houve um loteamento da mídia, rádio e televisão, entre algumas famílias privilegiadas.

Acima de tudo, é preciso lembrar sempre: o que está realmente em jogo quando se trata das relações entre mídia e política é o processo democrático. As distorções de poder provocadas pelo desequilíbrio histórico entre os sistemas privado, público e estatal (de radiodifusão), pela concentração da propriedade – em boa parte provocada pela ausência de normas que impeçam a propriedade cruzada – e pela vinculação dos grandes grupos de mídia com lideranças políticas regionais e locais são alguns dos problemas que impedem a democratização de nossa mídia. E sem ela não haverá diversidade e pluralidade de informações, vale dizer, opinião pública autônoma e, portanto, democracia plena. (LIMA, 2006, p. 63)

6. A SOCIEDADE E A MÍDIA

O modo como a sociedade de hoje percebe o mundo está baseado nas experiências formuladas pela mídia. É difícil, se não impossível, dissociar a construção de referências de uma pessoa sem uma influência importante do que é veiculado nos meios de comunicação. Como diz Becker (2004, p. 45) “a imagem de mundo que possuímos é



construída a partir de experiências coletivas, e não há quem ou o que as proporcione de modo tão eficaz o ostensivo como os discursos midiáticos”.

Como dito anteriormente, o próprio poder simbólico que a mídia possui de dizer o que faz parte ou não do repertório de atualidades, demonstra o poder desses discursos no modo como as representações são construídas em cada pessoa. E, além disso, é essencial não se perder de vista que “toda experiência que supõe o uso da linguagem implica, portanto, em construções de sentidos, não existindo discursos neutros ou livres de intencionalidades (BECKER, 2004, p. 44)”.

Longe de dizer que a mídia é a única fonte de representações e de poder simbólico a que cada ser humano tem contato durante a vida. Isso cairia no perigoso terreno de afirmar que a sociedade é essencialmente passiva e desprovida de qualquer formação que imponha barreiras e reflexões aos discursos midiáticos. Mas é possível dizer que os espaços de socialização de tempos atrás vêm perdendo espaço para a mídia. Como reforça Lima (2006), a socialização é um processo contínuo durante a vida. É através deste processo que o indivíduo internaliza a cultura de seu grupo e interioriza normas sociais. E, uma comparação da importância histórica das instituições sociais, indica que “nos últimos 30 anos, a família, as igrejas, a escola e os grupos de amigos vêm crescentemente perdendo espaço para a mídia” (LIMA, 2006, p. 55).

“Todavia, o papel mais importante que a mídia desempenha decorre do poder de longo prazo que ela tem na construção da realidade através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana – das etnias (branco/negro), dos gêneros (feminino/masculino), das gerações (novo/velho), da estética (feio/bonito) etc. – e, em particular, da política e dos políticos. É através da mídia – em sua centralidade – que a política é construída simbolicamente, adquire um significado”. (LIMA, 2006, p. 55)

7. A SOCIEDADE E O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

A atividade simbólica, como já observado, ocupa um significativo espaço na vida social. No entanto, observa-se que outras instituições além da mídia possuem um importante papel histórico-social no que se refere à acumulação e à difusão de bens culturais e de comunicação. É nesse contexto que se inserem as instituições de ensino, caracterizadas por Thompson como aquelas “que se ocupam com a transmissão de conteúdos simbólicos adquiridos (o conhecimento) e com o treinamento de habilidades e competências” (THOMPSON, 1998, p. 24).

Para Bourdieu (1982), cabe também às instituições de ensino tornar compreensíveis os



sistemas que organizam o pensamento de uma determinada época e que se constituem como hábitos de pensamento comuns às diferentes gerações.

Enquanto força formadora de hábitos, a escola propicia aos indivíduos que se encontram direta ou indiretamente submetidos à sua influência, não tanto esquemas de pensamento particulares e particularizados, mas uma disposição geral geradora de esquemas particulares capazes de serem aplicados em campos diferentes do pensamento e da ação, aos quais pode se dar o nome de *habitus* cultivado. (BOURDIEU, 1982, p. 211)

Conforme o pensamento de Demo (1998), o processo educativo, concebendo a escola não apenas como uma instituição educativa, mas também social e política, tem como meta central gerar sujeitos históricos "devidamente instrumentados no conhecimento, para melhor intervir na história" (DEMO, 1998, p. 119), a partir do incentivo de processos mais emancipatórios de aprendizado. É sobre esta perspectiva que se alicerçam as modernas teorias do pensamento educacional (PENTEADO, 1991), que tem como um de seus precursores o professor Paulo Freire, e cujo objetivo é romper com o modelo industrial de produção de conhecimento sob o qual a instituição escola foi fundada, fazendo da educação um processo essencialmente dialógico.

Segundo Penteado (1991, p. 12), "ensino é comunicação. Não qualquer tipo de comunicação, mas comunicação dialógica. Não meramente reprodutora, mas reverberadora do conhecimento". Nesse sentido, a escola é encarada como um ambiente de criação, caracterizada por uma abordagem transdisciplinar dos conteúdos a fim de se aproximar da realidade dos alunos e de despertar o interesse para o aprendizado, num processo de interação, em que professores e alunos são chamados a conhecer a realidade de forma crítica, combatendo, culturalmente, a cultura da dominação entre opressores e oprimidos (FREIRE, 1987).

Educador e educandos (liderança e massa), co-intencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento. (FREIRE, 1987, p.56)

8. INTER-RELAÇÃO ENTRE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO

Neste tópico, pretende-se discutir as possibilidades de inter-relação entre comunicação e educação, sob um ponto de vista interdiscursivo e interdisciplinar, no que se caracteriza como um novo campo de intervenção social para auxiliar na formação de cidadãos mais críticos, conscientes e ativos diante do meio social, político e econômico em que se inserem.



8.1 UMA PROPOSTA DE TRANSDICCIPLINARIDADE ENTRE DOIS DIFERENTES CAMPOS DE ESTUDO

Segundo Soares (2005), Jaquinot estabelece alguns paradoxos entre os campos do saber da escola (educação formal) e dos meios de comunicação (educação informal), tais como o fato de que enquanto um constrói-se segundo princípios de durabilidade, o outro o faz na efemeridade; enquanto a objetividade é característica subjacente a todas as disciplinas da escola, o estudo dos meios valoriza a subjetividade e, enquanto o que é aprendido na escola demanda esforço e organização, nos meios de comunicação o saber- informação é transmitido de forma descontínua, fracionada e emocional.

No entanto, conforme dito pela própria Jaquinot, tal análise só é possível em termos analíticos. Na prática, como característica de um mundo em constante processo de mudança, os diversos modos de saber se transformam, se interpenetram e se ampliam. Do mesmo modo, Rebouças e Fialho (2000) chamam atenção para o fato de que alunos e consumidores de materiais produzidos pela mídia são a mesma pessoa, vivendo num mesmo mundo e compartilhando experiências. Nesse sentido, integrar essas áreas trata-se não só de assumir uma nova postura teórica, mas também uma forma de entender a vida em construção.

Assim, para Jaquinot, à primeira vista, saber midiático e saber escolar se opõem e propõem aos alunos culturas diferentes. Essas culturas serão diferentemente integradas, segundo a origem socio-cultural dos alunos e de sua família. Os alunos que chegam a sala de aula estão impregnados de cultura mediática, sobretudo a televisiva, mas o fato é ignorado pela escola tradicional, para a qual existe apenas uma cultura e um saber, aquele promovido pela educação. (SOARES, 2005, p. 7)

Seguindo a linha de raciocínio de Jaquinot, a integração entre as áreas de educação e comunicação é também um modo de superar mecanismos simplistas de ensino-aprendizagem dentro das escolas, a partir de novas possibilidades de desenvolvimento de um processo educativo que ensine a pensar, a interpretar e a questionar a sociedade (GUARESCHI E BIZ, 2005).

8.2 A NECESSIDADE DE UMA LEITURA CRÍTICA DA MÍDIA E O CONCEITO DE EDUCOMUNICAÇÃO

Para Thompson (citado por GUARESCHI e BIZ, 2005, p. 88) é fundamental o desenvolvimento de uma atitude reflexiva e crítica em relação ao papel de "construção do mundo" exercido pela mídia nas sociedades modernas, rompendo com a ideia de que ela é algo convencional e quase natural. Dessa forma, a importância de uma leitura



crítica da mídia, inserida no ambiente escolar, decorre da necessidade de auxiliar os indivíduos a desvelarem as estratégias ideológicas e os recursos utilizados pelos meios de comunicação, cuja finalidade é, muitas vezes, reproduzir o *status quo*.

Nesse contexto, se uma escola não ensina a assistir à televisão, para que mundo está educando? A escola tem a obrigação de ajudar as novas gerações de alunos a interpretar hoje? Os símbolos de que cultura? Se educar exige a reparação dos cidadãos para uma integração reflexiva e crítica na sociedade, como serão integrados cidadãos que não estiverem preparados para realizar de forma crítica aquela atividade à qual dedicam a maioria de seu tempo? (FERRÉS, 1996, p.9)

Se o poder das palavras de ordem vem justamente da crença cega na legitimidade dessas palavras (BOURDIEU, 2000), a libertação da dominação simbólica só é possível através do conhecimento, que traz à superfície a verdade. Assim, mudar os rumos do processo de exclusão social e da relação entre dominantes e dominados, que tem como um de seus alicerces os meios de comunicação, depende da formação de sujeitos críticos, conhecedores das técnicas e dos discursos midiáticos e, portanto, capazes de agir a partir de suas próprias reflexões.

É preciso ressaltar que o conceito de educação para a mídia vai além da modernização de práticas de ensino, da incorporação de novos equipamentos tecnológicos e da adequação das mensagens da escola aos meios de comunicação. Trata-se de uma concepção de ensino que prima pela participação e pela socialização entre educadores e educandos na busca pela construção de um saber de ação e de reflexão.

A primeira, educação técnica, vai ajudar as pessoas a compreender os mecanismos utilizados pelos meios de comunicação na transmissão das informações. Nas Faculdades de Comunicação já se está dando ênfase ao que se vem chamando de ‘teorias do enquadramento’. Quem assiste TV ou vê vídeos, filmes, não se dá conta da força do deslocamento de uma câmera. Bem diferente é o impacto de uma imagem em que eu vejo, por um lado, ocupando a tela inteira, apenas um rosto e os olhos brilhantes de um locutor dirigidos sobre mime, por outro, quando vejo apenas um grupo de cem pessoas onde alguém acaba perdido entre a multidão (FERRÉS, 1996, p. 86).

Durante o primeiro Fórum de Mídia e Educação, promovido em 1999 pelo Ministério da Educação em conjunto a instituições da sociedade civil, como a Fundação Roberto Marinho e o Instituto Airton Senna (SOARES, 2005) o conceito de Educomunicação voltou a ser destacado como um novo campo de intervenção social e de atuação profissional, responsável pela difusão do binômio Comunicação e Educação como agente transformador da sociedade rumo à cidadania (GUARESCHI e BIZ, 2005).

Definimos, assim, Educomunicação como o conjunto das ações inerentes ao



planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais (tais como escolas, centros culturais, emissoras de TV e rádios educativas, centros produtores de materiais educativos analógicos e digitais, centros coordenadores de educação a distância ou "e-learning", e outros), assim como a melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as relacionadas ao uso dos recursos da informação no processo de aprendizagem". (SOARES, 2000 p. 63)

Para Soares (acesso em 1 maio de 2013) a Educomunicação não se caracteriza como uma ação isolada. Ao contrário, deve estar inserida no plano pedagógico das escolas, envolvendo professores, alunos e a comunidade em torno da instituição. Sendo assim, além de facilitar a produção de conteúdos e promover maior interação nos processos de aprendizagem, seu objetivo principal é fornecer aos educandos uma adequada formação para o seu relacionamento (formas de recepção, interpretação e resposta) com os conteúdos que lhes são transmitidos pelos meios de comunicação.

Caracterizam-se, ainda segundo SOARES (1999), por práticas educacionais ações desenvolvidas em torno das seguintes áreas que são, ao seu ver, áreas concretas de intervenção social, a saber: área da Educação para a Comunicação; Mediação Tecnológica na Educação, compreendendo o estudo das transformações trazidas ao cotidiano da vida social pelas tecnologias da informação e por seu uso nos processos educativos; a área da Expressão Comunicativa através das artes; a área da Gestão da Comunicação, voltada para o planejamento, execução e realização dos processos e procedimentos que se articulam no âmbito da Comunicação/Educação/Cultura; e a área da Reflexão Epistemológica sobre a inter-relação Comunicação/Educação. (AZEVEDO, 2005, p. 72)

É nesse contexto que emerge também a figura do Educomunicador, visto como um profissional articulador, aquele que ocupa um papel de liderança no processo de convergência entre as ciências da comunicação e da educação.

Numa palavra, o educador reconhece que não há mais monopólio da transmissão de conhecimento, e que não é só o professor que tem o direito da palavra. Os professores que introduziram os meios na escola, a imprensa, a televisão, puderam perceber que isso provoca mudanças profundas nos objetivos e nos métodos de ensino. (SOARES, 2005 p. 11)

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Guareschi e Biz (2005, p.13) citam Hebert de Souza, Betinho, quando ele diz “o termômetro que mede a democracia numa sociedade é o mesmo que mede a participação dos cidadãos na comunicação”. Isso parece bem coerente e bastante latente de ser refletido considerando o modo como o mundo se configura hoje. Em uma sociedade cada vez mais midiática, a influência dos meios de comunicação sobre os



modos de ser e de estar no mundo dos indivíduos é difícil de ser contestada. Diante desse quadro, acredita-se ser fundamental investir na formação de sujeitos conscientes das inúmeras faces que envolvem o jogo político e econômico da comunicação, aptos a refletir criticamente sobre os conteúdos que lhes são apresentados.

E, por que não, aptos para serem agentes na mídia, como produtores de conteúdo. Encarando a comunicação como um direito humano fundamental e, portanto, imprescindível à cidadania, nota-se também a necessidade de estimular a produção de conteúdos midiáticos por parte de toda a sociedade, como forma de ampliar o diálogo e proporcionar diferentes visões acerca de determinados fatos. Para tanto, percebe-se a Educomunicação como uma alternativa viável para o alcance de uma sociedade mais democrática. A escola parece ser um espaço central para este tipo de formação que não pode mais ser omitida em detrimento de interesses particulares.

Por isso, o estudo que resultou neste artigo se mostra tão importante. Principalmente, quando existe o projeto do grupo de pesquisa, *Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas e sistemas*, para levar todas as discussões sobre comunicação para a sala de aula, esse é um ponto de partida para iniciar-se uma intervenção prática sobre o necessário diálogo entre mídia e educação.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Sandra Raquew dos Santos. **Gênero, rádio e educomunicação**: caminhos entrelaçados. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005.
- BECKER, Beatriz. **A linguagem do telejornal**. RJ; E-papers, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- DEMO, Pedro. **Questões para teleducação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- FERRÉS, Joan. **Televisão e educação** – Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GUARESCHI, Pedrinho A; BIZ, Osvaldo. **Mídia e Democracia**. Porto Alegre: P.G/O.B, 2005.
- LIMA, Vinicius A. de. **Mídia: Crise política e poder no Brasil** – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- MAFFESOLI, Michel. **Apocalipse**: opinião pública e opinião publicada. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- MORAES, Denis de. **A batalha da mídia**: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.



PENTEADO, Heloíza Dupas. **Televisão e escola: conflito ou cooperação?** São Paulo: Cortez, 1991.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Revisitando os conceitos de Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa.** 2006. Disponível em:
<http://www.unifra.br/professores/rosana/Cicilia%2BPeruzzo%2B.pdf>. Acesso em: 12 abril de 2013.

REBOUCAS, Edgard; FIALHO, Rejane Gandini. A prática interdisciplinar de ensino superior em Comunicação e Educação. Maria Immacolata V. Lopes; Divina Frau-Meigs; Maria Salet Tauk Santos. (Org.). **Comunicação e Informação: identidades e fronteiras.** São Paulo/Recife: Intercom/Bagaço, 2000, p. 167-180.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Mas, afinal, o que é educomunicação?** [s.d.]. Acesso em: 1 maio de 2013. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/27.pdf>

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: as perspectivas do reconhecimento de um novo campo de intervenção - o caso dos Estados Unidos.** 2000. Acesso em: 1 maio de 2013. Disponível em:
http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/eccos/eccos_v2n2/eccosv2n2_ismardeoliveira.pdf

SOARES, Ismar de Oliveira. **Uma educação para a cidadania.** 2005. Acesso em: maio de 2013. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/6.pdf>

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.